

Editorial

Em uma era de muros, a esperança para sustentabilidade está nas cidades

Por Gabriela Litre, Melissa Curi, José Augusto Drummond
e Marcel Bursztyn

doi:10.18472/SustDeb.v7n3.2016.21852

O presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, tem prometido tirar os Estados Unidos do papel de liderança mundial no enfrentamento do aquecimento global. O empresário, que se tornou mandatário da maior potência mundial, prometeu também dismantlar muitas políticas do governo Obama que visam combater os efeitos das mudanças climáticas causadas pelos humanos, pois Trump considera que elas são “erradas”.

Mais recentemente, Trump baixou o perfil de suas ameaças contra acordos climáticos como o alcançado no ano passado em Paris, dizendo, por exemplo, que está “seguindo o assunto muito de perto” e que tem “uma mente aberta para isso”. Ainda assim, o ex âncora do reality show “O Aprendiz” aparenta estar firme em seu plano de abortar o Plano de Energia Limpa Americana, um conjunto de regras para reduzir as emissões industriais. Com Trump na Casa Branca e uma maioria republicana no Senado e na Câmara dos Deputados, há pouca esperança de que esse plano sobreviva no Supremo Tribunal Federal dos EUA, apesar da ação federal para honrar o compromisso dos EUA no âmbito do acordo de Paris. Pior ainda, advertem os especialistas, com as ameaças de Trump outras nações emissoras - especialmente países em desenvolvimento, como a Índia - terão poucas razões para cumprir as suas promessas feitas em Paris.

Por enquanto, a equipe de transição de Trump sugeriu que ele pode reduzir ou eliminar a pesquisa básica sobre clima na NASA ou em outras agências dedicadas ao tema. Trump tem criticado também os novos regulamentos para limitar os vazamentos de metano de poços e dutos. Ainda no nível nacional, Trump tem prometido dismantlar a Agência de Proteção Ambiental (Environmental Protection Agency) “em quase todas as formas” e nomeou Myron Ebell, do Competitive Enterprise Institute, para dirigir a transição nessa agência. Ebell, como se sabe, tem afirmado que qualquer aquecimento causado pela poluição de gases de efeito estufa é modesto e pode ser “benéfico”.

No nível internacional, Trump pode também abandonar facilmente algumas iniciativas climáticas da administração Obama, incluindo um programa apoiado pelas Nações Unidas para reduzir o impacto ambiental das viagens aéreas internacionais a partir de 2020. Até o momento, os Estados Unidos tem assumido um compromisso exclusivamente informal com essa iniciativa e por isso a administração Trump poderia se recusar a tornar esse compromisso juridicamente vinculante.

Enquanto ameaça romper acordos e ergue arranha-céus em casa e no exterior, Trump tem se declarado a favor de construir novos muros, reais e simbólicos. Fez promessa na campanha presidencial de construir uma cerca na fronteira dos EUA com o México, para impedir a entrada de imigrantes. Apoiou ainda o Brexit, o muro invisível que agora separará o Reino Unido de sua antiga família, a União Européia. Para a satisfação de Trump, mesmo a América Latina, o problemático “patio trasero” dos Estados Unidos, parece estar se inclinando rumo à direita, enquanto líderes esquerdistas de longa data, como o cubano Fidel Castro, estão sumindo do mapa, confirmando o declínio lento, mas constante, da esquerda no subcontinente.

Apesar desses ventos favoráveis, um dos planos mais acariciados por Trump - o de separar os EUA do resto do mundo ao se retirar do acordo climático de Paris - pode ser mais difícil do que o planejado: contra vento e maré, o acordo entrou em vigor no mês passado. Mas, talvez o principal obstáculo aos planos de Trump de retirar os EUA dos acordos internacionais de mudança climática é um processo silencioso e muitas vezes ignorado, pois vem de baixo para cima: são as cidades, tanto dos EUA e como do resto do mundo, que decidiram mitigar os impactos negativos das mudanças climáticas e se adaptar ao que não possa ser evitado. Nesse nível, a esperança para a sustentabilidade permanece.

Qual seria a influência real das cidades face às arbitrariedades do mercado e de um dos homens mais poderosos do mundo? Será que simples cidades – muitas vezes com apenas algumas centenas de habitantes – conseguem derrubar as decisões climáticas tomadas por agentes governamentais nos níveis nacional e internacional? Conseguirão pequenas ações capilares derrotar o aquecimento global? À primeira vista, parece ser uma batalha entre o pequeno David e o gigante Golias. Mas, a história conta que o David venceu no final. E, como Davi, elas também não são tão insignificantes assim: as cidades produzem até 70% das emissões de gases de efeito estufa do mundo. Um dado nada desprezível, se pensamos em reduzir esses gases.

Bem mais perto do chão do que Trump e seus seguidores, as cidades, desde as mais importantes até pequenas comunidades de menos de 100 habitantes, estão se organizando: mais de 10.000 iniciativas climáticas estão em andamento, de acordo com o C40 - Cities Climate Leadership Group, que representa um conjunto de 80 grandes cidades.

As cidades também estão derrubando muros, por meio da integração horizontal entre municípios que compartilham a agenda da sustentabilidade em todos e em cada um dos continentes. Isso, porque independentemente de jogos políticos travados em Washington, os prefeitos dessas cidades têm motivos urgentes para se unirem e para preencher as lacunas das estratégias de adaptação e de redução das vulnerabilidades às mudanças climáticas. Muitas cidades estão nas zonas costeiras e são ameaçadas pela ascensão do nível dos mares. 70% dessas cidades já lidam com condições climáticas extremas, como secas e inundações. Se adicionarmos problemas urbanos como o envelhecimento da infraestrutura e as ondas de novos imigrantes (muitos deles fugindo da pobreza provocada pelos eventos climáticos extremos), fica óbvio que os planejadores urbanos, prefeitos e governadores precisam de opções concretas para gerar energia e fornecer alimento e transporte, enquanto procuram construir para as suas cidades um papel positivo e benéfico nos ecossistemas naturais dos quais elas dependem.

Michael Bloomberg, ex-prefeito de Nova York, cristalizou recentemente essa posição empreendedora quando anunciou a sua batalha contra as (anti) políticas ambientais de Trump. Bloomberg declarou recentemente a uma preocupada Câmara Geral de Comércio Chinesa que “as cidades, os negócios e os cidadãos continuarão a reduzir as emissões, porque concluíram - assim como a China - que isso é do seu próprio interesse”. Adicionou que fará isso “com ou sem Trump”.

A questão é que, com ou sem apoio federal significativo, a redução das emissões de gases de efeito estufa exigirá grandes investimentos privados e ambiciosas iniciativas público-privadas envolvendo prefeitos e governadores. Apesar desses desafios, o movimento recente do estado da Califórnia para reduzir até 2030 as suas emissões de carbono até um nível 40% abaixo dos níveis de 1990 é uma mudança esperançosa que outras cidades e estados devem imitar. Isto implicaria a fixação de níveis de referência elevados para o desenvolvimento de zonas verdes de empresas, a energia renovável, o cultivo local de alimentos, o restabelecimento da biodiversidade, o plantio de mais árvores e a ênfase na caminhada, no transporte de baixo carbono e no desperdício zero.

As iniciativas vão muito além dos Estados Unidos. Como o aquecimento global, a consciência sobre a iminência de um apocalipse climático parece não reconhecer fronteiras, elevando ondas de integração horizontal entre as cidades ambientalmente preocupadas de cada continente. Em Quito, Equador, uma recente reunião de líderes de cidades de todo o mundo organizada pelas Nações Unidas - a conferência Habitat III - aprovou uma “nova agenda urbana” que estimula as cidades a se adaptarem às mudanças climáticas e a se moverem em direção a economias sustentáveis.

No Brasil, e enquanto muitas cidades latino-americanas continuam controladas por administrações nacionais altamente centralizadas e dependentes dos administradores federais, os governos estaduais (sub-federais) têm tido um papel destacado no estabelecimento e implementação de políticas climáticas. Na última década, um significativo arcabouço de legislação climática foi aprovado em vários estados brasileiros (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, por exemplo) e municípios (São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba). A primeira lei estadual foi criada pelo Amazonas, que também criou um órgão responsável por lidar com questões de mudança climática (ele foi desativado devido a restrições orçamentárias). O estado de São Paulo, do seu lado, aprovou uma meta de redução de emissões de 20% até 2020, considerando 2005 como o ano-base. As cidades de São Paulo e Rio de Janeiro também assumiram metas de redução. A cidade de São Paulo prometeu uma redução de 30%, com base nas emissões de 2005 a 2010, e o Rio de Janeiro prometeu 8% até 2012, 16% até 2016 e 20% até 2020.

Na Argentina, uma nova iniciativa tenta compensar a falta de políticas relacionadas à mudança climática a nível subnacional. Trata-se da Rede de Cidades Argentinas sobre Mudança Climática (RAMCC). A RAMCC, uma organização não-governamental com ligações estreitas com entidades similares da Europa e das Américas, nasceu em Rosário (Província de Santa Fé), fora da sempre centralizadora capital nacional, Buenos Aires. A rede, que depende muito da confiança e das estratégias diretas de compartilhamento de conhecimento, boca-a-boca, entre líderes locais, conseguiu mobilizar os compromissos ambientais de prefeitos de cidades de todo o país. Algumas dessas cidades têm menos de uma centena de habitantes e estão agora se sentindo fortalecidas ao fazerem planos caseiros para reciclar resíduos, gerar energia renovável (nos gélidos invernos do município bonaerense de Guaminí, os moradores construíram seus próprios chuveiros de água quente, alimentados com painéis solares fabricados por uma pequena empresa da própria região), promover o retorno à agricultura tradicional, as hortas orgânicas e à pecuária de baixo consumo de insumos e agrotóxicos. Também procuram criar consciência ambiental entre os cidadãos, especialmente jovens e crianças.

Talvez essa seja uma das chaves para o seu sucesso: em vez de encarar a mudança climática como um destino trágico e inevitável, como é geralmente apresentada em negociações e conferências internacionais, essas cidades veem a sua realidade como uma possibilidade de se empoderar, de serem criativas, de fazer networking e até mesmo de ... se divertir!

Uma das precursoras desse tipo de iniciativas - positivas, criativas e até bem humoradas-, foi Ashton Hayes, uma vila inglesa de apenas 1.000 habitantes, vizinha de Liverpool. Centenas de moradores se uniram para cortar as emissões de gases de efeito estufa e voltaram a usar os tradicionais varais em vez de secadores, decidiram fazer menos viagens de avião, e instalaram painéis solares e vidros de qualidade para melhor isolar as suas casas do frio e poupar energia. O esforço, espontâneo e coletivo, que atingiu o seu décimo aniversário este ano, levou a uma redução de 24% nas emissões. Mas, o que torna Ashton Hayes incomum é a sua abordagem - os moradores não precisaram do governo para começar a agir.

Cerca de 200 cidades, municípios e condados em todo o mundo - incluindo Notteroy, Noruega; Upper Saddle River, New Jersey, EUA; e o condado de Changhua, Taiwan – entraram em contato com os cidadãos de Ashton Hayes para aprender a receita. Um dos segredos, ao que parece, é que o povo de Ashton Hayes se sente responsável pelo seu próprio futuro, em vez de esperar tudo das políticas do governo. Outro segredo, talvez o mais importante, é que os moradores evitam os cenários de culpa e apocalípticos que fazem as pessoas se sentir como se o problema fosse grande demais para ser enfrentado. Em Ashton Hayes os aldeões optaram por realizar reuniões públicas regadas a vinho e queijo, enquanto planejavam tornar-se, como dizem, “a primeira aldeia neutra em carbono da Grã-Bretanha”.

Outras cidades do mundo inteiro estão implementando o mesmo padrão colaborativo e de integração horizontal. Muitos prefeitos, governadores e líderes locais entraram em contato com os líderes de Ashton Hayes diretamente, pedindo ajuda para deslanchar iniciativas semelhantes. Eden Mills, uma pequena comunidade em Ontario, Canadá, é uma delas. Alguns cidadãos visitaram Ashton Hayes em 2007 para conhecer os seus colegas de luta contra a mudança climática e para aprender a traduzir a sua abordagem em sua cidade. Adotaram o método apolítico, voluntário e divertido. Desde então, Eden Mills reduziu as suas emissões em cerca de 14%.

O Conselho Cidadão de Notteroy, na Noruega, um município insular com uma população de cerca de 21.000 pessoas, entrou em contato com Ashton Hayes há cerca de nove anos, depois que um de seus partidos políticos decidiu incluir a redução das emissões de dióxido de carbono em sua plataforma. O conselho descobriu que a ideia que as pessoas de Ashton Hayes tinham – cuidar do ambiente se divertindo, sem apontar dedos acusadores – era revolucionário. Desde então, Notteroy adotou o mesmo mantra de diversão, que tem pago dividendos: as pessoas estão comprando mais carros elétricos e bicicletas e estão convertendo o seu aquecimento doméstico alimentado por derivados de petróleo para fontes mais limpas.

Seguindo essa mesma abordagem positiva, entre 2007 e 2013 a cidade australiana de Adelaide reduziu as suas emissões de carbono em 20%, mesmo com a população crescendo 27% e a economia se expandindo em 28% no mesmo período. Adelaide experimentou um boom nos empregos verdes, a reforma de bairros onde se pode caminhar sem precisar de carros, a energia solar, a conversão de resíduos urbanos em adubo e a uma indústria de alimento renovada. A cidade plantou três milhões de árvores para absorver dióxido de carbono.

Assim, enquanto líderes internacionais ameaçam com cenários climáticos catastróficos e negociam mesquinamente emissões de carbono, cerca de 10.000 iniciativas climáticas estão em andamento em cidades de todo o mundo. É claro que a implementação da agenda de sustentabilidade nas cidades não será um processo fácil, nem linear. Pelo contrário, enfrentará uma série de desafios. No entanto, se forem aplicadas abordagens de gestão inteligentes e flexíveis, estes desafios podem ser transformados em oportunidades – não só no mundo em desenvolvimento, mas também nas áreas urbanas desenvolvidas e altamente industrializadas. Isto, no entanto, não depende simplesmente do financiamento de novas tecnologias ou da promoção do crescimento econômico. Em vez disso, trata-se de equilibrar as demandas do desenvolvimento social e econômico local com uma gestão ambiental inteligente e uma liderança inovadora, incluindo abordagens adaptadas aos distintos tipos de cidade.

Pois disso se trata: para ser alcançada, a sustentabilidade deve ser compreendida, localizada, personalizada e humanizada. Os agentes de governo bem-sucedidos na promoção da sustentabilidade são aqueles que permitem aos cidadãos compreender os desafios globais de sustentabilidade, localizar os impactos das mudanças climáticas e personalizar as soluções, para que eles sintam que precisam fazer parte do esforço (e da diversão!). Isso é algo que Trump e os seus colegas líderes de todo o mundo deveriam tentar também, em todos os níveis de governança.

Nesta última edição de 2016, SeD conta com dez artigos Varia. Nas mais diversas perspectivas da sustentabilidade, os temas tratam de recursos hídricos,ecoinovação, coleta de materiais, rotulagem ambiental, extrativismo, segurança alimentar, agenda ambiental, políticas públicas e gestão hoteleira. É uma rica variedade de abordagens que nos faz refletir ainda mais sobre os inúmeros desafios de se implementar ações sustentáveis.

Os dois primeiros artigos, embora com enfoques diferentes, tratam da utilização dos recursos hídricos. O artigo “Usinas Hidrelétricas Reversíveis Sazonais no Rio São Francisco: aumentando o armazenamento energético e diminuindo a evaporação”, de Julian Hunt, Marcos Aurélio de Freitas e Amaro Pereira Júnior, propõe a aplicação de um novo esquema de armazenamento energético que combina usinas hidrelétricas reversíveis sazonais (UHRS) com hidrelétricas em cascata, com o intuito de aumentar a capacidade de armazenamento hídrico e energético do Brasil e diminuir a evaporação no reservatório de Sobradinho. O artigo “Participação, representação e representatividade no processo de tomada de decisão em Comitês de Bacia Hidrográfica: conceitos, reflexões e discussões”, escrito por Flávia Barbosa, Frederico Hanai e Paulo Romera e Silva, propõe uma reflexão sobre a efetividade da participação dos representantes nesses comitês e levanta questões relativas à representação e à representatividade nos seus processos de tomada de decisão.

Explorando o tema ecoinovação, os autores Ricardo Colonetti, Cristina Yamaguchi, Adriana Vieira e Júlio César Zilli, em “Abordagem da ecoinovação para a sustentabilidade das ferrovias no sul de Santa Catarina”, apresentam um estudo de caso sobre um projeto de eco-vagão, para verificar como a ecoinovação pode contribuir para a sustentabilidade ferroviária no sul de Santa Catarina. Como

relatam os autores, o estudo permite associar a iniciativa ecoinovadora da empresa aos conceitos e classificações evidenciados na literatura.

Analisando a percepção de agentes envolvidos com a coleta de materiais descartados, o artigo “Percepção dos revendedores e centrais de coleta do Inpev na região da Alta Paulista, como participantes da logística reversa das embalagens de agrotóxicos”, escrito por Maurício Marques, Sérgio Braga Júnior, Edgard Merlo e Marta Martinez, apresenta uma pesquisa feita junto a quatro revendedores e duas centrais de coleta da região agrícola da Alta Paulista, interior do estado de São Paulo. Os autores aplicaram questionários com o objetivo de identificar como os revendedores e gerentes das centrais de coleta percebem o procedimento da logística reversa das embalagens de agrotóxicos proposto pela legislação brasileira.

Nivaldo Simões Gomes e Eloy Casagrande Júnior, no artigo “O conhecimento e o ponto de vista de consumidores a respeito da rotulagem ambiental de produtos”, analisam a percepção dos consumidores sobre a rotulagem ambiental de produtos. A pesquisa, que contou com a participação de 417 respondentes residentes em diversos locais do País, foi desenvolvida com base em dados coletados por meio de um questionário de base *on-line*. Dentre os resultados, os autores relatam que os consumidores ainda conhecem pouco os selos verdes e não exibem uma forte intenção de consumir produtos certificados.

Com uma análise sobre o extrativismo na Amazônia brasileira, temos o artigo “Parcerias institucionais e evolução do extrativismo de jaborandi na Floresta Nacional de Carajás, Pará, Brasil”, dos autores Fabiano Gumier-Costa, David McGrath, Juarez Pezzuti e Alfredo Homma. O artigo discute o extrativismo vegetal na região amazônica com base na atividade de coleta de folhas de jaborandi, na área de Carajás (Pará, Brasil). Buscou-se analisar e teorizar sobre os complexos e múltiplos fatores que determinam a substituição, ou não, da atividade extrativista pelo cultivo da planta.

O artigo “Implicações da pecuária brasileira para a segurança alimentar: a ciência e o discurso do setor produtivo”, de autoria de Janaina Michelini e Myanna Lahsen, avalia como os atores do setor produtivo da pecuária bovina brasileira compreendem o papel desta atividade na segurança alimentar, em um contexto de re-primarização da economia. Com base em pesquisas teóricas e em entrevistas semiestruturadas com representantes da cadeia produtiva brasileira, as autoras concluem que, enquanto a literatura científica aponta para a necessidade de reduzir a produção e o consumo de carne para fortalecer a segurança alimentar no longo prazo, os entrevistados defendem a produção pecuária como essencial para garantir a segurança alimentar nos níveis nacional e mundial. Nesse contexto, argumentam que o discurso do setor, paradoxalmente, coloca em risco a segurança alimentar do país.

Luiz Antônio Ferraro Júnior, em “Busca de eficácia da agenda ambiental: para além do reducionismo político”, argumenta que existem obstáculos à agenda ambiental que impedem a sua realização, desde as utopias do ambientalismo até os “simples” desafios pragmáticos da qualidade ambiental. Para investigar esses obstáculos, a pesquisa utiliza a perspectiva crítica e dialética, com apoio da representação da dinâmica de sistemas.

Os autores Alexandre Nascimento *et al.*, no artigo “Aproximando a universidade dos desafios de implementação de políticas públicas para a sustentabilidade: uma experiência da Universidade do Estado de Minas Gerais no município de Divinópolis”, buscam apresentar subsídios para promover uma interlocução mais eficaz entre a Universidade do Estado de Minas Gerais (Unidade Divinópolis) e a sociedade. A sua pesquisa teve como bases a consulta a documentos públicos e entrevistas semiestruturadas. Analisam duas políticas públicas importantes para a sustentabilidade: a Lei de Proteção da Vegetação Nativa, conhecida como novo código florestal, e a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Por fim, o artigo “Perspectivas socioculturais e econômicas à gestão hoteleira: um estudo de caso no *Hostel Ralé Chateau* – Rio de Janeiro”, de Rodrigo Amado Santos *et al.*, sustentam que o processo de pacificação das favelas cariocas, por meio das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), modificou o cenário da segurança pública e criou um mercado para turistas que desejam conhecer as favelas cariocas. Os autores fizeram uma investigação qualitativa acerca desse novo mercado, tendo como objeto o *Hostel Ralé Chateau*, situado no Morro do Cantagalo, no Rio de Janeiro.

Na seção Resenhas, este número contém três produções. A resenha “Desenvolvimento adaptativo: a sustentabilidade é o caminho, não o destino”, escrita por Abner Luis Calixter, discorre sobre a obra *Pursuing Sustainability – A Guide to the Science and Practice*, de Pamela Matson, William C. Clark and Krister Anderson.

Carlos Christian Della Giustina escreveu a resenha “Sapiens - Reconstruindo o clichê: quem somos, de onde viemos e para onde vamos?”, sobre o livro *Sapiens. Uma breve História da Humanidade*, de Yuval Noah Harari.

Com o título “Espécies invasoras: um catálogo ao alcance de todos”, Marília Teresinha de Sousa Machado discorre sobre a obra de Daniel Simberloff, intitulada *Invasive species: What everyone needs to know*.

O número de final de SeD em 2016 fecha com uma Galeria que usa texto e imagens para reafirmar a importância do bambu-planta no rol das matérias-primas estratégicas para o desenvolvimento socioeconômico sustentável. Segundo nos lembra Jaime G. de Almeida, autor do texto que ilustra a pesquisa sobre o bambu laminado colado (BaLC) realizada pelo Centro de Pesquisa e Aplicação de Bambu e Fibras Naturais da Universidade de Brasília (CPAB/UnB), o bambu-planta contribui de forma significativa para a conservação da natureza, a criação de postos de trabalho e a geração de renda para populações vulneráveis. Além disso, o bambu gera cultura e riqueza, como demonstram as fotos que acompanham o texto.

Desejamos-lhes uma boa leitura e um Feliz 2017!

Os Editores